

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

INDICADORES SOCIAIS E DE VULNERABILIDADE SOCIAL PARA O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: ESTRUTURA E VALIDAÇÃO POR ESPECIALISTAS - OPORTUNIDADES E DESAFIOS¹

ELIZETE VIEIRA VITORINO², Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
<https://orcid.org/0000-0003-2462-6553>, Brasil, elizete.vitorino@ufsc.br

Eixo: Impactos Sociais

1 Introdução

No instante em que muito se fala e se investiga sobre a sustentabilidade, esta pesquisa – em fase adiantada de resultados – sugere o uso sustentável de indicadores sociais e de vulnerabilidade social para o monitoramento e avaliação da Competência em Informação de populações inteiras. Amplamente utilizados no cenário mundial, tanto para o monitoramento, como para a avaliação e políticas públicas em populações, estes indicadores podem se constituir em potentes ferramentas para a Competência em Informação.

Mas como usar indicadores sociais e de vulnerabilidade social em conexão com a Competência em Informação? Pela via do acesso e uso apropriado desta. O acesso e uso da informação - de modo apropriado e útil - é um direito humano fundamental das pessoas e, ser competente em informação, é parte desse direito: está presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral da ONU em Paris em 10 de dezembro de 1948, nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (Organização das Nações Unidas Brasil [ONU], 2015; ONU c2022), bem como nas cartas magnas de países. Em se tratando do cenário brasileiro, por exemplo, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, lei fundamental e suprema do país – atualizada

anos mais tarde com legislação específica – já garantia o direito sobre o acesso e uso da informação.

Sob este panorama inicial, os objetivos geral e específicos deste trabalho buscam, de maneira ampla e sem esgotar este tema complexo e sujeito a mudanças constantes, sugerir o uso de indicadores sociais e de vulnerabilidade social como possibilidade para monitorar e avaliar a Competência em Informação de populações, ou seja, como se apresenta uma população quanto ao acesso e uso da informação. De modo específico, busca-se listar e caracterizar seis indicadores escolhidos para este fim e propor um instrumento de coleta de dados sobre o uso de tais indicadores e que será objeto de validação por especialistas.

2 Referencial Teórico

Nossas investigações realizadas sobre Competência em Informação (Vitorino & Piantola, 2009; 2011) e, mais recentemente, quanto ao significado desta e respectivas dimensões técnica, estética, ética e política (Vitorino & Piantola, 2020; Vitorino & De Lucca, 2020), evidenciaram a relevância da Competência em Informação em conexão ao desenvolvimento humano. Tais estudos tratam também sobre a vulnerabilidade social, bem

como da estruturação de uma Matriz de desenvolvimento da Competência em Informação para o monitoramento e avaliação de populações (Vitorino, 2016; 2021; 2022; Vitorino & Pinho Neto, 2022; 2023) a partir de indicadores sociais e de vulnerabilidade social (Jannuzzi, 2017). No ano de 2024, apresentamos, como uma das fases da pesquisa em andamento (Vitorino, 2024) – uma Matriz Virtuosa de Indicadores para a Competência em Informação, a qual denominamos Matriz PDCIn-V (Figura 1), cujos indicadores sociais e de vulnerabilidade social ali constantes – em número de seis - podem servir ao monitoramento e avaliação da Competência em Informação. São eles: IDH – Índice de Desenvolvimento Humano; Indicadores de acesso à informação e à cultura; Indicador de pobreza multidimensional (ou desproteção social); Indicador de pobreza como carências múltiplas ou de vulnerabilidade social; Taxa de comparecimento às eleições; e, Indicadores de ciência, tecnologia e inovação. Para cada um destes indicadores, foi proposta uma estrutura que contemplava as “Propriedades desejáveis dos indicadores”, o comportamento dos seis indicadores quanto às propriedades desejáveis (Jannuzzi, 2017, pp. 34-41), bem como a importância destes indicadores numa Escala Likert (Vitorino, 2024).

Nesta fase da pesquisa, estamos apresentando argumentos para o uso de tais indicadores por meio de fontes de informação disponíveis na literatura e propondo um instrumento para que especialistas realizem a validação da estrutura de indicadores de Competência em Informação apresentada anteriormente. Para isto, um pré-teste de um instrumento anterior (Vitorino, 2024) foi aplicado a um grupo selecionado de especialistas no Brasil e os resultados foram utilizados para revisar o instrumento inicial que, agora, de modo mais sintético, será aplicado a especialistas da Iberoamérica. Nossa intenção é validar, junto a tais especialistas – estudiosos sobre a Competência em Informação – se esses seis indicadores escolhidos podem ser utilizados para monitorar e avaliar a Competência em Informação de populações, em grande escala.

3 Procedimentos Metodológicos

Esta é uma pesquisa com abordagem qualitativa, bibliográfica e documental. Para a estruturação e análise dos dados, utiliza-se a redação descritiva, pela via da categorização (Creswell, 2010). O objetivo está em apresentar um instrumento de coleta de dados, baseado numa estrutura de indicadores para a avaliação da Competência em Informação. Este trabalho se refere aos resultados parciais relativos ao segundo objetivo específico da pesquisa mais ampla, ou seja, “Validar a estrutura de indicadores de Competência em Informação por meio da consulta a especialistas” e na concretização da Meta 1 deste objetivo, qual seja, “planejamento e elaboração da validação por especialistas”.

4 Resultados Parciais

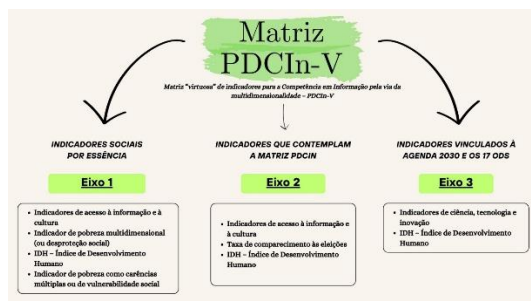
Nesta fase da pesquisa, apresentamos a estrutura de indicadores de Competência em Informação, concretizada num instrumento de coleta de dados para validação por especialistas, reforçando as características, as limitações, as fontes de pesquisa úteis para cada um dos seis indicadores selecionados como “virtuosos” para o monitoramento e avaliação da Competência em Informação de populações (Vitorino & Pinho Neto, 2023). Também são apresentados os impactos sociais em termos da ideia de sustentabilidade – utilizar indicadores amplamente aceitos, ao invés de criar novos indicadores para medir e monitorar a Competência em Informação e a perspectiva da abordagem quantitativa – investigar grandes contingentes de pessoas.

4.1 A Matriz “virtuosa” de indicadores para a Competência em Informação – uma estrutura possível

A fase inicial desta investigação possibilitou, por meio de uma escala Likert, a seleção de indicadores sociais e de vulnerabilidade social que podem ser úteis para o monitoramento e avaliação da Competência em Informação de populações. A Matriz “virtuosa” de indicadores para a Competência em Informação (Matriz

PDCIn-V) (Figura 1) (Vitorino & Pinho Neto, 2023) identifica seis indicadores “virtuosos” obtidos de uma análise inicial de 44 (quarenta e quatro) indicadores (Jannuzzi, 2017; Vitorino, 2024). Estes indicadores podem ser considerados “virtuosos”, tendo em vista o comportamento e propriedades desejáveis (Jannuzzi, 2017, pp. 34-41) e um alto nível de importância, quando utilizada uma “Estrutura conceitual para a avaliação da Competência em Informação (*framework*)”³ (Vitorino; Pinho Neto, 2023).

Figura 1: Matriz “virtuosa” de indicadores para a Competência em Informação – Matriz PDCIn-V



Fonte: Elaboração própria (2024)

Os três eixos da Figura 1, determinados a partir do *framework* são assim caracterizados: **Eixo 1** – são indicadores sociais por essência; apresentam conexão com o conceito de Competência em Informação, com o conceito de vulnerabilidade social e de vulnerabilidade em informação; **Eixo 2** – são indicadores que contemplam a Matriz PDCIn⁴ (Vitorino, 2016) e, portanto, as dimensões técnica, estética, ética e política da Competência em Informação; apresentam as virtudes necessárias a indicadores; e, quanto às tendências, apresentam os aspectos de avaliação da Competência em Informação e as temáticas a considerar; **Eixo 3** - são indicadores que apresentam, em alguma medida, vínculo com a Agenda 2030 e com os 17 ODS. Disso resulta que os indicadores selecionados e alocados nos Eixos 1, 2 e 3, são aqueles que apresentam – segundo os achados da pesquisa - maior importância para avaliar e monitorar a Competência em Informação de populações. Cabe ressaltar que alguns indicadores foram mencionados mais de uma vez, o que denota

um peso maior desses indicadores em cada um dos Eixos. São eles: IDH – Índice de Desenvolvimento Humano (mencionado nos Eixos 1, 2 e 3) e Indicadores de acesso à informação e à cultura (mencionados nos Eixos 1 e 2). Outro destaque deve ser dado aos indicadores alocados no Eixo 2, tendo em vista que apresentam alto nível de importância quanto à conexão com a Matriz PDCIn (Vitorino, 2016) e, portanto, as dimensões técnica, estética, ética e política da Competência em Informação, bem como as virtudes necessárias a indicadores, tendências na área da Ciência da Informação e, aspectos relativos à avaliação da Competência em Informação. São eles: IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, Indicadores de acesso à informação e à cultura e Taxa de comparecimento às eleições.

4.2 Indicadores sociais e de vulnerabilidade social – oportunidades e desafios para a Competência em Informação

Considerando os seis indicadores selecionados (Vitorino & Pinho Neto, 2022; 2023; Vitorino, 2024), isto é, IDH – Índice de Desenvolvimento Humano; Indicadores de acesso à informação e à cultura; Indicador de pobreza multidimensional (ou desproteção social); Indicador de pobreza como carências múltiplas ou de vulnerabilidade social; Taxa de comparecimento às eleições; e, Indicadores de ciência, tecnologia e inovação, alguns argumentos se mostram pertinentes e determinam a potência de cada um destes para a avaliação e monitoramento da Competência em Informação de populações.

Tais argumentos são aqui definidos em termos de características e vantagens para a avaliação e monitoramento da Competência em Informação. Ainda assim, alguns desafios se apresentam para seu uso, os quais denominamos como limitações. As vantagens e limitações foram obtidos por meio de uma das fontes que serviram de base para a pesquisa (Jannuzzi, 2017) e complementadas em consulta à literatura recente sobre os resultados da aplicação de tais indicadores.

Em primeiro plano e mais fortemente ligado à Matriz PDCIn-V, está o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - definido por seus idealizadores como um processo dinâmico e permanente de ampliação das oportunidades das pessoas para a conquista de níveis crescentes de bem-estar. Trata-se de uma medida comparativa de desenvolvimento socioeconômico, de desenvolvimento humano entre países. Operacionalmente, busca a síntese de três dimensões sociais: oportunidades crescentes de acesso à educação, condições de desfrutar uma vida saudável e longa e de dispor de um padrão adequado de vida (Jannuzzi, 2017, pp. 119-120). O IDH, conforme o “Relatório do Desenvolvimento Humano 2023/2024” aponta e traduz as dimensões sociais de populações inteiras, pois “analisa as barreiras que impedem as pessoas de viverem plenamente as suas vidas bem como o que fazer para as superar” (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2024, p.vii).

Pelo fato de que os indicadores que compõem o IDH serem medidos em diferentes unidades de medida e, deste modo, possuírem diferentes intervalos de variação, eles são transformados em medidas adimensionais. O IDH, tal como o PIB, foi perdendo, com o tempo, a sua capacidade de retratar mudanças sociais em países de alto e médio desenvolvimento e, também, de captar os efeitos do investimento em políticas sociais. São limitações de ordem conceitual e metodológica (Jannuzzi, 2017, pp. 120-121).

Nota-se, segundo o Relatório do IDH 2023/2024, que “o complexo de incerteza lançou uma longa sombra sobre o desenvolvimento humano” (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2024, p. 5): e que talvez esta limitação possa indicar que “o progresso parece mais difícil de apreender” e que “os nossos indicadores convencionais de desenvolvimento estão claramente a passar ao lado de um conjunto de questões” necessárias e urgentes, tais como as ambientais. Mas uma delas pode ser a “descapacitação das pessoas” e as “falhas na agência humana” atingidas pelas novas

configurações globais de complexidade e interdependência, de incerteza, de insegurança e de polarização (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2024, p. 5) e que talvez o IDH não dê conta de medir.

Neste âmbito, Jannuzzi (2017, p. 121) alerta que “o IDH e os Relatórios de Desenvolvimento Humano foram uma contribuição importante nos anos 1990 para o ressurgimento de uma nova onda do ‘Movimento dos Indicadores Sociais’ [...]”. Mas que, na vertente de tais mudanças na configuração da sociedade ao longo dos anos, vem sendo criados outros indicadores para incorporar novas dimensões do progresso humano (Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Gênero (IDG) e o Índice de Pobreza Humana (IPH) – por exemplo) (Jannuzzi, 2017, p. 122).

Quando se trata de Indicadores de acesso à informação e à cultura – mencionados nos Eixos 1 e 2 e, portanto, fortemente conectados ao conceito de vulnerabilidade social e de vulnerabilidade em informação, e, também às dimensões técnica, estética, ética e política da Competência em Informação, estes indicadores representam tendências e novas perspectivas: ser competente em informação é crucial para a vida em sociedade. Ainda que Jannuzzi (2017, p. 97) não se refira à Competência em Informação, segundo ele:

acesso à informação e a serviços culturais é uma dimensão cada vez mais importante na sociedade do conhecimento. O nível de consumo de bens, produtos e serviços culturais expresso por indicadores, como títulos de livros lançados no ano por mil habitantes ou média anual de livros lidos, costuma ser empregado para ilustrar o patamar sociocultural atingido nas sociedades mais desenvolvidas. Os gastos com cultura e lazer em pesquisas de orçamento familiar também podem ser outra estratégia para esse fim. (Jannuzzi, 2017, p. 97).

Na obra “Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações”, em sua sexta edição revista e ampliada, Jannuzzi

(2017, pp. 92-99) revela uma série de características desses indicadores: acesso à informação, disseminação da informação e indicadores de alfabetização digital. A disponibilidade de equipamentos físicos para veiculação de produtos culturais, o número de profissionais ou ainda o acesso a fontes de informação – TV, rádio, jornal, também são indicadores culturais. As novas tecnologias de disseminação da informação, o acesso ao computador, a Internet, os celulares etc. também passaram a ser considerados no cálculo de indicadores de alfabetização digital.

Como vantagens (e também oportunidades à avaliação e monitoramento da Competência em Informação), Indicadores de acesso à informação e à cultura são indicadores sensíveis referentes ao nível educacional alcançado, especialmente em relação ao percentual de população com escolaridade secundária e superior e, também, ao nível médio de renda (Jannuzzi, 2017).

Para Jannuzzi (2017), ainda que sejam medidas sensíveis, se outros produtos culturais fossem incluídos – tais como audiovisuais, multimídia, filmes, peças de teatro, festivais etc. – seria possível gerar um indicador mais fidedigno da produção cultural de uma comunidade.

Soma-se a isto o fato de que a informação, ainda que esteja inscrita em diversos documentos mundo afora, não recebeu a devida atenção dos países. Na Declaração Universal de Direitos Humanos, em seu “Artigo 19” (United Nations (ONU) (OHCHR), 1948), consta como um direito inquestionável – o acesso e partilha da informação:

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras⁵ (United Nations (ONU) (OHCHR), 1948).

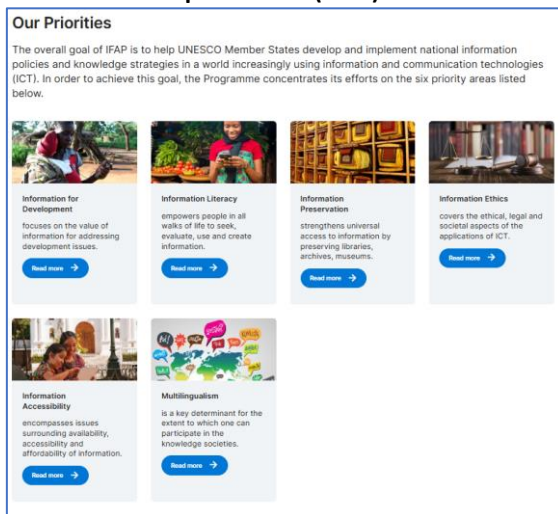
Nesse sentido, em termos de acesso à informação e cultura, há uma riqueza de documentos publicados sobre esses indicadores em todo o mundo. A UNESCO é o

principal veículo compilador, publicador e disseminador de conteúdos sobre essa temática. Nota-se, em buscas na Biblioteca Digital da UNESCO, uma vasta produção de documentos que datam desde 1945, com disponibilidade online. São documentos mundiais de toda ordem, mas também documentos regionais e de países. Constatase que há documentos distribuídos, ora por acesso à informação, ora por informação e cultura, ora por sistemas de informação, ora por acesso às tecnologias de informação e comunicação. No documento “Acceso a la información: Lecciones de la América Latina” (UNESCO, 2017), por exemplo, Bill Orme – responsável pelo conteúdo da publicação – assinala que esta oferece ao leitor conteúdos e ideias de como políticas nesse âmbito podem ser colocadas em prática no mundo real e por meio da liberdade de informação e de leis em países latinoamericanos, com a finalidade de melhorar e fomentar políticas de liberdade de informação nos países.

Os Indicadores de acesso à informação e à cultura – dotados que são de significado social – guardam uma conexão importante com o Eixo 1, mas especialmente com o Eixo 2 da Matriz PDIn-V. Tal é a relevância do tema para as populações que ambas, a UNESCO e a ONU adotaram o dia 28 de setembro como o Dia Internacional de Acesso Universal à Informação. A UNESCO, por sua vez, possui programas intergovernamentais específicos sobre o tema, tais como o Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação e o Programa Informação para Todos (IFAP) – (Figura 2), os quais fornecem uma plataforma online para que as partes interessadas participem de discussões internacionais sobre políticas e diretrizes relacionadas ao acesso à informação. Ambos os programas também promovem um ambiente positivo para o acesso à informação, desenvolvendo projetos que visam fortalecer a ciência aberta, o multilinguismo, as Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) para deficientes e marginalizados, e o treinamento básico em alfabetização midiática e informacional (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)

(2025). Emerge, por sua vez, nesse ponto específico, a conexão com a Competência em Informação, pela via do desenvolvimento humano e na formação inicial e continuada das pessoas que mais precisam – aquelas que estão em vulnerabilidade social, mas também aquelas pessoas vulneráveis em informação – tanto pela falta de informação como pelo excesso desta em suas vidas.

Figura 2: Prioridades do Programa Informação para Todos (IFAP)



Fonte: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) (2025a)

Pode-se notar, por meio da Figura 2 que a *Information Literacy* (que aqui traduzimos por Competência em Informação) é uma das prioridades do IFAP:

A Competência em Informação capacita pessoas de todas as esferas da vida a buscar, avaliar, usar e criar informações de forma eficaz para atingir seus objetivos pessoais, sociais, ocupacionais e educacionais.⁶ (UNESCO, 2023)

Neste âmbito, e, no cenário brasileiro, a publicação “Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2011-2022 - Notas técnicas” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2023, p. 7) apresenta o “Marco Referencial para as Estatísticas Culturais, estabelecido no documento 2009 *Unesco framework for cultural statistics*. Nota-se que, nos 8 (oito) Domínios Culturais, constam, livros e bibliotecas – físicas e,

também, virtuais (domínio Cultural “D”), demonstrando o forte vínculo de tais indicadores com as fontes e unidades de informação, base para o desenvolvimento da Competência em Informação nas pessoas.

O documento original (UNESCO, 2009) lista as ocupações relacionadas aos 8 (oito) domínios do *framework*, e, no Domínio Cultural “D”, bibliotecários e demais profissionais da informação estão ali mencionados⁷ (Figura 3).

Figura 3: Framework das estatísticas culturais – ocupações relativas ao Domínio “D” (livros e imprensa)

D Books and Press	Creation	2641	Authors and related writers
	Producing, dissemination	2642	Journalists
	Archiving/Preserving	2643	Translators, interpreters and other linguists
		2622	Librarians and related information professionals
		4411	Library clerks

Fonte: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) (2009, p. 75)

No ano de 2025 o *framework*⁸ (UNESCO, 2025) foi atualizado e apresenta uma perspectiva ampliada, onde tais profissionais continuam aparecendo em associação a outros profissionais no “setor cultural” chamado “Patrimônio Cultural e Natural” (Figura 4).

Figura 4: Setores culturais – ocupações relativas ao Setor “Patrimônio Cultural e Natural”

Cultural sectors	ISCO 2008	Labels
Cultural and Natural Heritage	2621	Archivists and curators
	2622	Librarians and related information professionals. Includes: - Bibliographer - Cataloguer - Librarian
	2632*	Sociologists, anthropologists and related professionals ¹
	3433	Gallery, library and museum technicians (P)
	4411	Library clerks
	2131*	Biologists, Botanists, Zoologists and Related Professionals
	2133*	Environmental protection professionals ²

Fonte: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) (2025b, p. 30)

Ainda sobre indicadores sociais e de vulnerabilidade social, outro importante indicador se apresenta útil para monitorar e avaliar a Competência em Informação de populações. Trata-se do Indicador de pobreza multidimensional (ou desproteção social). Alocado no Eixo 1 da Matriz PDCIn-V (Figura 1), este indicador social por essência, apresenta conexão com o conceito de Competência em Informação, com o conceito de vulnerabilidade social e de vulnerabilidade em informação. Jannuzzi (2017, p. 114) é enfático:

a vivência empírica e a investigação acadêmica são fartas em demonstrar a natureza multidimensional e

multifacetada da pobreza. Multidimensional pela complexidade de sua caracterização e dimensionamento; multifacetada pela diversidade de públicos e formas pelas quais ela se manifesta. (Jannuzzi, 2017, p. 114)

Se considerarmos a natureza multidimensional da Competência em Informação e da vulnerabilidade em informação – como já assinalamos em trabalhos anteriores (Vitorino & Piantola, 2011; 2020; Vitorino, 2018; Vitorino & De Lucca, 2020), podemos afirmar que este indicador apresenta possibilidades promissoras para diagnosticar, monitorar e avaliar a Competência em Informação de uma população.

A pobreza multidimensional é a combinação da situação de privação de meios econômicos e restrição de acesso a serviços sociais básicos para uma vida digna e cidadã, segundo os valores aceitos e normas estabelecidas pela sociedade em um dado momento histórico. Para Januzzi (2017, p. 115),

trata-se, pois, da operacionalização da concepção de pobreza como insuficiência de renda e, simultaneamente, como vulnerabilidade social, que conduz à distinção de, pelo menos, quatro subtipos: a pobreza crônica, a pobreza carente ou com privações, a pobreza transitória e a vulnerabilidade social (Jannuzzi, 2017, p. 115).

Jannuzzi (2017, p. 117) alerta – quanto às limitações e desafios - que há muitas questões técnicas envolvidas na operacionalização da proposta e chama a atenção para uma certa cautela quanto a dimensões de carências a considerar, variáveis escolhidas para dimensioná-las, padrões normativos para atribuição de suficiência ou carência, níveis de vulnerabilidade e por esta e outras questões, a transparência metodológica é a base para que indicadores de pobreza multidimensional se prestem ao uso efetivo.

Há na literatura, diversas fontes de informação que publicam dados sobre pobreza multidimensional em âmbito local, regional e

mundial. Algumas dessas fontes – mais recentes – serão aqui apresentados, sem, no entanto, esgotar o tema que é complexo e vasto, como já assinalou Jannuzzi (2017, p. 114) em parágrafo anterior.

O informe *Índice de Pobreza Multidimensional global 2021: Desvelar las disparidades de etnia, casta y género* (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) & Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), 2021, p. 1), lista as principais conclusões do estudo, as quais evidenciam que “un total de 1.300 millones de personas (el 21,7% de la población de los 109 países analizados) vive en situación de pobreza multidimensional aguda.” O documento ainda possibilita identificar quem são essas pessoas, onde vivem e quais as privações que enfrentam. (PNUD & OPHI, 2021, p. 5).

Em acréscimo, a publicação “As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil: estudo completo”, sob os cuidados do UNICEF, e cuja publicação, contou com dados de entrevistas de especialistas nacionais e estrangeiros, entre setembro de 2022 e fevereiro de 2023, além do apoio de profissionais, organizações, famílias, crianças e adolescentes, apresenta dimensões importantes da pobreza. São elas: Alimentação, Renda, Educação, Trabalho infantil, Moradia, Água, Saneamento e Informação (Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 2023).

Quando se observa a dimensão “Informação” no documento, esta se apresenta limitada, tendo em vista que

informação se refere ao acesso a internet e televisão dentro do domicílio, e é a única das dimensões analisadas pelo estudo que apresentou uma melhora consistente e significativa ao longo do tempo. No entanto, não foi possível avaliar os impactos da pandemia sobre essa dimensão, porque não há dados disponíveis para os anos de 2021 e 2022 (UNICEF, 2023, p. 76).

Quanto ao “Índice de Pobreza Multidimensional”, sob a responsabilidade do

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Iniciativa Oxford sobre Pobreza e Desenvolvimento Humano (OPHI), duas publicações, dos anos de 2023 e 2024, tratam, respectivamente, da pobreza global - dados para ações de alto impacto (em inglês *unstacking global poverty: data for high impact action*) e da pobreza em meio a conflitos (em inglês *poverty amid conflict*). Ambos os documentos utilizam a “Estrutura do Índice de Pobreza Multidimensional global” (UNDP & OPHI, 2023, 2024), organizada em 10 indicadores que abrangem saúde, educação e padrão de vida.

Na publicação do ano de 2024, são apresentados dados mundiais sobre as pessoas que vivem na pobreza. Segundo o relatório (UNDP & OPHI, 2024), “pelo menos 1,1 bilhão de pessoas em 112 países são consideradas multidimensionalmente pobres”.

Em complemento a esses indicadores, há algumas medidas da pobreza que partem de outros princípios para classificar a população como pobre ou não. São medidas baseadas nas carências ou necessidades básicas insatisfeitas, em diversas dimensões analíticas (educação, atendimento à saúde, habitação, emprego etc.) (Jannuzzi, 2017, p. 113). Estamos tratando aqui do Indicador de pobreza como carências múltiplas ou de vulnerabilidade social, mencionado no Eixo 1, ou seja, em conexão à Competência em Informação, à vulnerabilidade social e em informação, ou seja, um importante indicador.

Quanto a esse indicador, Jannuzzi (2017, p. 113) alerta que a proporção de pobres, carentes ou excluídos, corresponde à parcela da população que não tem ou não dispõe, segundo determinados critérios, de nível suficiente de escolaridade, acesso a políticas de saúde, habitação adequada, trabalho regular etc. São chamados, assim, de indicadores de carências sociais, de exclusão social, de vulnerabilidade social.

Os indicadores de carências fornecem uma visão estrutural do tema, complementando o quadro retratado pela proporção de pobres avaliados pela linha da pobreza monetária,

sujeitos às variações da conjuntura econômica. Trata-se de um recurso potencialmente mais interessante para a formulação de políticas de superação da situação de pobreza, por destacar as dimensões mais determinantes e estruturais do problema (Jannuzzi, 2017, p. 113), ou seja, em nosso entendimento, apresentam, inclusive oportunidades de uso para avaliar e monitorar as dimensões da Competência em informação.

Jannuzzi (2017, p. 110) alerta para os desafios metodológicos na construção desses indicadores: quais dimensões de carências ou de vulnerabilidade social devem ser consideradas; quais devem ser os critérios para atribuir uma situação de carência e como combinar situações de carência para produzir um indicador escalar ou dicotômico de vulnerabilidade (Jannuzzi, 2017, p. 113).

Sob este ângulo, segundo as Nações Unidas,

a pobreza envolve mais do que a falta de recursos e de rendimento que garantam meios de subsistência sustentáveis. A pobreza manifesta-se através da fome e da má nutrição, do acesso limitado à educação e a outros serviços básicos, à discriminação e à exclusão social, bem como à falta de participação na tomada de decisões (United Nations (ONU), 2024).

Nesta vertente e, em meio às preocupações relacionadas aos níveis de pobreza mundial, a Assembleia Geral das Nações Unidas, durante a septuagésima segunda sessão, decidiu proclamar a Terceira Década das Nações Unidas para a Erradicação da Pobreza - 2018 a 2027 – com o propósito de apoiar, de maneira coordenada, as metas de desenvolvimento relacionadas à erradicação da pobreza apontadas nos ODS da Agenda 2030. Tão importante é a importância deste tema que a Assembleia Geral da ONU, por meio da resolução 47/196, de 22 de dezembro de 1992, declarou 17 de outubro como o Dia Internacional da Erradicação da Pobreza (United Nations (ONU), 2024).

Em se tratando da América Latina e Caribe, a publicação intitulada “Panorama Social da América Latina e do Caribe”, em sua edição de

2022 – “A transformação da educação como base para o desenvolvimento sustentável” argumenta que a América Latina e o Caribe – atravessam “um complexo cenário de grande incerteza”, que aprofunda os efeitos de “uma crise social prolongada, com um impacto silencioso e devastador na educação.” Por este motivo, a edição do documento de 2022, aborda como tema central “a educação e seu lugar no debate das políticas para a recuperação na região.” (Nações Unidas (ONU) & Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2022, p. 5). E, como algumas conclusões, assinalou:

[...] é imprescindível atuar frente às necessidades de curto e médio prazo a fim de gerar as condições de avanço para o desenvolvimento sustentável com igualdade. Por um lado, a região deve apostar em estratégias para expandir e fortalecer as capacidades humanas no curto e médio prazo, objetivo central para a inclusão social e laboral, fortalecendo e apoiando transformações nas políticas educacionais e nos sistemas de saúde. (ONU & CEPAL, 2022, p. 26).

[...]

Num contexto em que a crise social continua e se torna mais complexa ante o novo cenário econômico, é fundamental assentar mecanismos para garantir um nível de bem-estar e renda. (ONU & CEPAL, 2022, p. 27).

Em complemento, o documento da ONU/CEPAL de 2024 *Reducir la desigualdad y avanzar hacia el desarrollo social inclusivo en América Latina y el Caribe*, apresenta uma série de marcos na agenda social global e regional e uma revisão dos aspectos críticos do desenvolvimento social inclusivo. A publicação propõe desafios, prioridades e mensagens sugestivas para a Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, a ser realizada em 2025, com vistas a

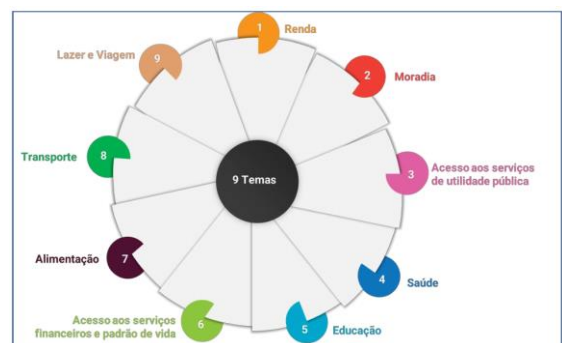
criar uma voz unificada para a região no caminho para esse importante encontro e, por sua vez, ajudem a definir ‘o que’ fazer para avançar em direção ao desenvolvimento social

inclusivo e ‘como’ fazê-lo, como parte de uma transformação do modelo de desenvolvimento que visa alcançar um futuro mais produtivo, inclusivo e sustentável. (ONU & CEPAL, 2024b, p. 8)

No cenário brasileiro, o IBGE divulgou no ano de 2023, pela primeira vez, como “estatística experimental”, a Evolução dos Indicadores não Monetários de Pobreza e Qualidade de Vida no Brasil com Base na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2023a). São apresentados três índices: Índice de Pobreza Multidimensional não Monetário (IPM-NM), Índice de Vulnerabilidade Multidimensional não Monetário (IVM-NM) e Índice de Pobreza Multidimensional não Monetário com Componente Relativo (IPM-CR) (IBGE, 2023a):

Nas “notas técnicas” (IBGE, 2023b), são mencionadas dimensões e temas, num total de nove (renda, moradia, acesso aos serviços de utilidade pública, saúde, educação, acesso aos serviços financeiros e padrão de vida, alimentação, transporte, e lazer e viagens) de interesse para a avaliação da qualidade de vida (Figura 5).

Figura 5: Dimensões e temas/tópicos de interesse para a qualidade de vida



Fonte: IBGE, (2023b, p. 8)

O índice de perda de qualidade de vida (IPQV) atua em cada uma das dimensões representadas na Figura 5 como um identificador das perdas (ou privações) que as pessoas sofreram na sua qualidade de vida. Essas perdas, segundo o documento,

ocorrem porque as famílias têm dificuldades em transformar integralmente todos os seus recursos

e as suas aquisições de bens e serviços em qualidade de vida (IBGE, 2023b, p. 8).

Aspectos da sociedade e da localização de onde as famílias e seus membros vivem, além dos bens e serviços adquiridos, constituem fatores que afetam a conversão dos recursos em qualidade de vida. (IBGE, 2023b, p. 8).

Somado aos quatro indicadores descritos nos parágrafos anteriores, mas em específico, com forte vínculo às dimensões da Competência em Informação apresentadas no Eixo 2 da Matriz PDCIn-V (Figura 1), a Taxa de comparecimento às eleições é um importante indicador da atitude crítica, da capacidade de análise e síntese do cenário sobre a democracia, e, mais ainda, da consciência política, convergindo, em certa medida, para uma atitude responsável quanto ao acesso e uso de dados e quanto à atualização e transformação destes em informação útil sobre o cenário político do país.

Este indicador consiste na dimensão de participação político-social com maior regularidade de atualização, pois é baseado nos registros eleitorais (Jannuzzi, 2017, p. 130). Como “indicador representativo do nível de conscientização política”, bem como da crença de uma população nos mecanismos da democracia, (Jannuzzi, 2017, p. 130), há no mundo uma variedade de dados sobre eleições, mas que nem sempre estão disponíveis à população. Quanto ao Brasil, o país disponibiliza uma base de dados, com estatísticas, as quais “são feitas com base na replicação diária dos dados dos tribunais regionais eleitorais para uma base consolidada no Tribunal Superior Eleitoral” (Brasil. Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2024a):

o Brasil possui um dos mais avançados sistemas de votação utilizados no planeta, que envolve a captação, o armazenamento e a apuração de votos por meio da urna eletrônica, mecanismo que garante segurança, agilidade e transparência aos resultados das eleições. O sistema, totalmente concebido e desenvolvido pela Justiça Eleitoral brasileira, [...] distingue o país como um dos [...] que anunciam os

resultados das eleições poucas horas após o encerramento da votação. São mais de duas décadas de utilização da urna eletrônica, que já se tornou símbolo de lisura e segurança⁹ (Brasil. TSE), 2024a).

Na página “Memória”, do TSE, é possível obter dados sobre o processo eleitoral brasileiro - as fases de uma eleição, dados de candidatos eleitos no Brasil entre 1945 e 1990; e, uma cronologia das eleições desde o ano de 1932. As estatísticas apresentam diversos dados úteis para a compreensão do cenário eleitoral do Brasil (comparecimento e abstenção nas eleições, prestação de contas, resultados etc.)¹⁰

Quando analisada de uma perspectiva histórica ou regional, a Taxa de comparecimento às eleições, associada com outros dados sobre o perfil dos candidatos eleitos, pode trazer subsídios para aprimorar os mecanismos de representação política. O uso deste indicador está ganhando importância em nível internacional, tendo em vista que a temática dos direitos humanos e liberdade civil tem se sobressaído na agenda das instituições multilaterais (Jannuzzi, 2017, p. 130), o que torna esse indicador um potente recurso, em termos de vantagens para monitorar e avaliar a Competência em Informação em termos da dimensão ética e política – conforme Eixo 2 do *framework* da Matriz PDCIn-V (ver Figura 1 e Quadro 1).

Quadro 1: Eixo 2 - Estrutura conceitual para a avaliação da Competência em Informação (*framework*)

Matriz PDCIn	Dimensão técnica	Prática informacional diária; aprendizagem de conteúdos; domínio de conhecimentos; uso das TIC (adaptado de VITORINO, 2016).
	Dimensão estética	Necessidades informacionais; subjetividade e características pessoais; gosto pela leitura; gestão de recursos; imaginação, criação e invenção; solução de problemas informacionais (adaptado de VITORINO, 2016).
	Dimensão ética	Atitude crítica; comunicação interpessoal; capacidade de análise e de síntese (adaptado de VITORINO, 2016).
	Dimensão política	Comunicação interpessoal; gestão de recursos; necessidades informacionais; atitude responsável diante da informação; atualização contínua (adaptado de VITORINO, 2016).

Fonte: Vitorino & Pinho Neto (2023 p. [8])

As dimensões ética e política da Competência em Informação - conforme pode ser visto no Quadro 2 – se caracterizam, entre outros aspectos, pela atitude responsável diante de recursos e dados, bem como da partilha e da atualização contínua (desenvolvimento

humano). Ainda assim, mesmo que fortemente ligada às dimensões da Competência em Informação, Jannuzzi (2017) aponta, como limitações, que a Taxa de comparecimento às eleições se trata de um tema controverso na Ciência Política, sobretudo no Brasil, pela compulsoriedade do voto (obrigação de votar).

Ainda assim, um exemplo de documento sob a chancela do TSE brasileiro, o Relatório de Avaliação das Eleições 2024: “Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, TSE, 2024b) que se traduz em “um balanço abrangente das eleições municipais de 2024” (Brasil. (TSE), 2024b, p. 11), pode ser útil para compreender o cenário quanto à Competência em Informação. O documento (Brasil. (TSE), 2024b, p. 11) inclui resultados quantitativos e qualitativos, com vistas a identificar os pontos fortes e também os desafios enfrentados e áreas que precisam de atenção e melhoria. Nas palavras iniciais do documento, anunciam-se os princípios democráticos e de participação política no cenário das eleições, agradecendo a cada cidadã e a cada cidadão que compareceu às seções eleitorais, em busca do que almeja no processo político-eleitoral do Brasil, e que não se deixa “violentar por desinformações” antidemocráticas e não renuncia a seus direitos e, assim, protagoniza a história democrática do Brasil. (Brasil. (TSE), 2024b, p. 8).

Nesta vertente e, do mesmo modo como ocorreu com a produção de estatísticas econômicas e sociais – representadas aqui nos cinco indicadores já descritos, vem se presenciando a estruturação de um sistema integrado e articulado de estatísticas e indicadores de ciência e tecnologia (Jannuzzi, 2017, p. 98). Estamos nos referindo aos Indicadores de ciência, tecnologia e inovação identificados como importantes para a Matriz PDCIn-V, tendo em vista que apresentam, em alguma medida, vínculo com a Agenda 2030 e com os 17 ODS. Tais indicadores tem se fortalecido nas últimas décadas com o reconhecimento por parte dos governos e da comunidade científica em dispor de instrumentos para a definição de diretrizes, de investimentos, para a formulação de

programas e a avaliação das atividades de ciência e tecnologia (Jannuzzi, 2017, pp. 92-99).

Bem estruturados, estão articulados às demandas, pois beneficiam-se de iniciativas de agências de fomento (Jannuzzi, 2017, pp. 92-99) e fornecem importantes possibilidades para a avaliar e monitorar a Competência em informação de populações, especialmente quanto ao monitoramento e avaliação desta. Em termos mundiais, há fontes de potencial interesse para este fim. O Índice Global de Inovação (IGI) divulgado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) é um destes. No ano de 2023, Suíça, Suécia, Estados Unidos, Reino Unido e Singapura eram as economias mais inovadoras do mundo, segundo o Índice (Figura 6).

Figura 6: Economias mais inovadoras do mundo segundo o IGI - 2023



Fonte: World Intellectual Property Organization (WIPO) (2023)

Na 17ª edição do Índice Global de Inovação, de 2024, a publicação da OMPI (World Intellectual Property Organization (WIPO), 2024) apresenta um guia do desempenho inovador de 133 países, bem como dos 100 principais agrupamentos (*clusters*) de ciência e tecnologia do mundo. O tema adotado neste ano, “Desvendando a Promessa do Empreendedorismo Social”, explora a ligação entre inovação e empresas sociais, e o impacto que isso traz para o mundo. Ainda que os gastos com P&D tenham desacelerado no período pós pandemia, e que o número de publicações científicas tenha diminuído, os investimentos de capital de risco retornaram aos níveis pré-pandêmicos, inclusive na África e na América Latina. (WIPO, 2024)

O IGI de 2024¹¹ apresenta além dos diversos resultados associados à inovação no mundo, o *ranking* dos países mais inovadores, um *framework* do IGI, conceitos e aspectos metodológicos. Suíça, Suécia, Estados Unidos, Cingapura e Reino Unido são as economias mais inovadoras do mundo em 2024, de acordo com o Índice, que mostra uma desaceleração na atividade de capital de risco, financiamento de P&D e outros indicadores de investimento. (WIPO, 2024)

Quanto às limitações sobre esses indicadores, ainda carecem do uso de alguns dados já disponíveis – em se tratando do cenário brasileiro - tais como os da Plataforma Lattes: “a função social da ciência, tecnologia e inovação poderia ser muito mais bem avaliada por meio dos dados disponíveis nessa base [...]” (Jannuzzi, 2017, p. 99).

Mas há documentos muito bem servidos de dados sobre o tema. No Brasil, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) publicou no ano de 2024 o documento “Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação - 2022”¹² (Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), 2023). Noutro documento, cujo título é “Pesquisa de Inovação Semestral: Indicadores básicos – 2022”, publicado no ano de 2024 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vinculado ao Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), classificada na série “investigações experimentais” e “estatísticas experimentais” (IBGE, 2024), é apresentada a terceira edição da Pesquisa de Inovação Semestral – PINTEC Semestral. O propósito da publicação é “dar continuidade na produção de uma nova geração de estatísticas sobre inovação e temas correlatos para o setor industrial brasileiro”, investigando “características centrais da inovação” (IBGE, 2024, p. 4), e, procurando

cobrir lacunas fundamentais dos Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação, visando subsidiar o desenho, a

implementação e o monitoramento de políticas públicas e estratégias empresariais (IBGE, 2024, p. 4).¹³

Nota-se aí uma busca por minimizar as limitações deste importante indicador no cenário brasileiro.

Em síntese, os seis indicadores sociais e de vulnerabilidade social identificados como “virtuosos” neste estudo, representam potenciais possibilidades para a Competência em Informação: possuem características e comportamentos que podem, em alguma medida, subsidiar a avaliação e monitoramento desta metacompetência em populações. Nesta perspectiva, apresentam-se a seguir um conjunto de argumentos que subsidiam essa escolha e um protótipo de instrumento de coleta de dados para validação por especialistas.

4.3 Indicadores sociais e de vulnerabilidade social - análise por especialistas

Considerando as características, qualidades e, também, limitações dos seis indicadores em destaque nos itens anteriores, apresentamos, neste tópico, um conjunto de alicerces que servem de base para a tomada de decisão, bem como um protótipo de formulário que será submetido a especialistas para a análise da pertinência importância de cada um dos seis indicadores para avaliar e monitorar a Competência em Informação de populações.

Nesta perspectiva, e para cumprir o objetivo de apresentar um instrumento de coleta de dados sobre o uso de tais indicadores e que será objeto de validação por especialistas, o Quadro 2 apresenta um protótipo de formulário - sem esgotar o tema - mas como sugestão para possibilitar a análise e validação do uso desses indicadores para monitorar e avaliar a Competência em Informação de populações.

Conforme pode se observar por meio do Quadro 2, a validação dos indicadores por especialistas constitui-se uma janela aberta para novos olhares quanto à avaliação e monitoramento da Competência em Informação e abrirá caminho para outras etapas de pesquisa, como a consulta a pessoas

vulneráveis em informação, prevista nos objetivos iniciais da pesquisa ampla, bem como para uso em outras pesquisas com perspectivas similares.

Quadro 2: Indicadores para Avaliar e Monitorar a Competência em Informação de Populações – Instrumento de coleta de dados para validação por especialistas

Indicadores para Avaliar e Monitorar a Competência em Informação de Populações
Observações preliminares: Leia atentamente as orientações a seguir, preencha e assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹⁴, em anexo ao formulário. Tendo em vista sua experiência em estudos, pesquisas e práticas quanto ao tema da Competência em Informação e,
1- Considerando que a Competência em Informação consiste num processo de desenvolvimento humano, cujo propósito maior é minimizar a desinformação e a vulnerabilidade social e em informação e que se constrói nas pessoas, por meio de valores, comportamentos, atitudes, habilidades e conhecimentos voltados ao universo de dados, conteúdos e de informação, nas dimensões técnica, estética, ética e política, em equilíbrio.
2- Considerando ainda que, as etapas desse processo incluem: identificar necessidades de informação, identificar possíveis fontes para atender a tais necessidades, analisar as fontes úteis para minimizar a lacuna em informação, decidir sobre quais fontes de informação são as mais pertinentes para atender às necessidades, sintetizar o conteúdo de fontes de informação para criação de conteúdo útil à resolução das necessidades de informação, usufruir, comunicar e compartilhar o resultado desse processo, de modo responsável e para o bem comum, num ciclo virtuoso.
3- Considerando também que os indicadores a seguir, nomeados como “virtuosos”, em número de 6 (seis), os quais foram identificados em pesquisas anteriores (Vitorino e Pinho Neto, 2022; 2023; Vitorino, 2024) – cujas fontes de consulta foram disponibilizadas nesta etapa.

4- Pergunta-se: os indicadores a seguir, podem ser considerados importantes/pertinentes/úteis para medir/monitorar/avaliar a Competência em Informação de uma população?

Assim, numa escala de 1 a 5, onde:

“5” corresponde a “Muito importante”

“4” corresponde a “Importante”

“3” corresponde a “Moderadamente importante”

“2” corresponde a “Pouco importante”

“1” corresponde a “Não é importante”

Assinale a opção que melhor representa sua análise quanto ao tema.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

☐ Muito importante
 ☐ Importante
 ☐ Moderadamente importante
 ☐ Pouco importante
 ☐ Não é importante

Indicadores de acesso à informação e à cultura

☐ Muito importante
 ☐ Importante
 ☐ Moderadamente importante
 ☐ Pouco importante
 ☐ Não é importante

Indicador de pobreza multidimensional (ou desproteção social)

☐ Muito importante
 ☐ Importante
 ☐ Moderadamente importante
 ☐ Pouco importante
 ☐ Não é importante

Indicador de pobreza como carências múltiplas ou de vulnerabilidade social

☐ Muito importante
 ☐ Importante
 ☐ Moderadamente importante
 ☐ Pouco importante
 ☐ Não é importante

Taxa de comparecimento às eleições

☐ Muito importante
 ☐ Importante
 ☐ Moderadamente importante
 ☐ Pouco importante
 ☐ Não é importante

Indicadores de ciência, tecnologia e inovação

☐ Muito importante
 ☐ Importante
 ☐ Moderadamente importante
 ☐ Pouco importante
 ☐ Não é importante

Fonte: elaboração própria (2025)

Por outro lado, ainda que a consulta prevista a especialistas e a pessoas vulneráveis em informação seja direcionada a uma amostra intencional, com abordagem qualitativa, os resultados desta investigação podem se constituir como parâmetros importantes para o uso de tais indicadores em pesquisas com abordagem quantitativa.

Um desafio se apresenta de imediato aplicar o instrumento para validação de especialistas e verificar os resultados. Mas há um outro

desafio ainda mais instigante: construir, na próxima etapa, um instrumento de pesquisa com linguagem adequada a pessoas vulneráveis em informação (com as devidas fontes e conteúdos que fornecerão a base para a análise). Será necessário perguntar às pessoas vulneráveis em informação se estas consideram que tais indicadores podem ajudar a avaliar e monitorar a Competência em Informação de populações.

5 Considerações finais

É possível usar indicadores sociais e de vulnerabilidade social para monitorar e avaliar a Competência em Informação de populações? É esta ideia que nos move! Estamos cientes das limitações que uma investigação como esta pode apresentar. Mas sabemos que olhares voltados à sustentabilidade – em todos os sentidos – como o de usar indicadores sociais e de vulnerabilidade social já amplamente aceitos, representam também oportunidades e desafios para a Ciência da Informação e para a Competência em Informação das pessoas.

Os resultados desta investigação sugerem que os indicadores escolhidos apresentam virtudes e que o uso destes pode encaminhar estudos quantitativos e consequentes políticas públicas para oportunizar o desenvolvimento humano com foco no acesso e uso da informação, mas também em minimizar a vulnerabilidade em informação (Vitorino, 2018), a pobreza em informação – ou seja – todos os aspectos que envolvem a agência humana. O acesso e uso da informação é um direito humano fundamental e o impacto social da Competência em Informação é inquestionável, pois conforme assinala o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16, da Agenda 2030, este direito protege as liberdades fundamentais das pessoas.

Referências

- Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Coordenação de Indicadores de Ciência e Tecnologia. 2023. Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação – 2022. Brasília: MCTI
2023. https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/indicadores/paginas/publicacoes/arquivos/indicadores_cti_2022.pdf
- Brasil. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). 2024a. Estatísticas. <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas>
- Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Eleições 2024: relatório de avaliação (2024). Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2024b. <https://www.tse.jus.br/institucional/catalogo-de-publicacoes/arquivos/tse-relatorio-de-avaliacao-das-eleicoes-2024>
- Creswell, John W. (2010). Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto (3. ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2023. Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2011-2022 - Notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102053_notas_tecnicas.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2023a. Evolução dos Indicadores não Monetários de Pobreza e Qualidade de Vida no Brasil com Base na Pesquisa de Orçamentos Familiares: investigações experimentais. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, n.51. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102021_informativo.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2023b. Evolução dos Indicadores não Monetários de Pobreza e Qualidade de Vida no Brasil com Base na Pesquisa de Orçamentos Familiares - Notas técnicas. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102021_notas_tecnicas.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2024.
- Jannuzzi, Paulo de Martino. (2017). Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações (6. ed. rev. e ampl.). Campinas, SP: Alínea.
- Naciones Unidas (ONU). (2025, 7 de julho). Día Internacional del Acceso Universal a la Información - 28 de septiembre.

- <https://www.un.org/es/observances/information-access-day>
- Naciones Unidas (ONU) & Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). 2024b. Reducir la desigualdad y avanzar hacia el desarrollo social inclusivo en América Latina y el Caribe. <https://biblioteca.hegoa.ehu.eus/downloads/22134/%2Fsystem%2Fpdf%2F5148%2FD-3002.pdf>
- Nações Unidas (ONU) & Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). 2022. Panorama Social da América Latina e do Caribe, 2022. Resumo executivo. <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/0ac62b94-ba98-4a1a-aac8-17f3bc5c3a21/content>
- Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (Unesco). Oficina Regional de Ciencias de la UNESCO para América Latina y el Caribe, Oficina de UNESCO en Montevideo. (2017). Acceso a la información: Lecciones de la América Latina, Bill Orme. Cuadernos de discusión de comunicación e información, 8. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000249837_spa
- United Nations Development Programme (UNDP) & Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI). (2023) Global Multidimensional Poverty Index 2023 - Unstacking global poverty: Data for high-impact action. <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdp-document/2023mpireporten.pdf>
- United Nations Development Programme (UNDP) & Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI). (2024) Global Multidimensional Poverty Index 2024 - Poverty amid conflict. <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdp-document/2023mpireporten.pdf>
- Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) & Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI). (2021). Índice de Pobreza Multidimensional Global 2021: desvelar las disparidades de etnia, casta y género. <https://hdr.undp.org/system/files/documents/2021mpireportes.pdf>
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2024). Relatório do Desenvolvimento Humano 2023/2024: Pôr fim ao impasse - Reimaginar a cooperação num mundo polarizado. <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2023-24reportpt.pdf>
- United Nations (ONU). 2024. Pobreza. <https://unric.org/pt/eliminar-a-pobreza/>
- United Nations (ONU). Office of the High Commissioner for Human Rights (1948). Universal Declaration of Human Rights. <https://www.ohchr.org/en/universal-declaration-of-human-rights>
- United Nations (ONU). Brasil. (2015). Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>
- United Nations (ONU). Brasil. (c2022). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (2025a). Information for All Programme (IFAP). <https://www.unesco.org/en/ifap>
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (2025b). Institute for Statistics. 2025 UNESCO framework for cultural statistics - Part II: A Classifications Guide (Draft for Consultation). Matrix 3. ISCO 2008. https://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/Draft_2025_UNESCO_FCS_Part_II.pdf
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (2023). Information Literacy. <https://www.unesco.org/en/ifap/information-literacy?hub=722>
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) (2009). 2009 UNESCO Framework for Cultural Statistics (FCS). https://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/unesco-framework-for-cultural-statistics-2009-en_0.pdf
- Vitorino, Elizete Vieira. (2021). Indicadores para a competência em informação no Brasil: virtudes e tendências. In Parra Valero, Pablo *et al.* (coords), Competencias en información y transformación digital de la sociedade. (pp. 87-104). Madrid: Universidad Complutense, Facultad de Ciencias de la Documentación, Departamento de Biblioteconomía y

- Documentación.
<https://eprints.ucm.es/id/eprint/71169/1/COMPETENCIAS%20EN%20INFORMACION.pdf>
- Vitorino, Elizete Vieira. (2018). A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação”. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, 47(2), 71-85, maio/ago.
<http://revista.ibict.br/ciinf/article/download/4187/3794>
- Vitorino, Elizete Vieira. (2022). Indicadores para a competência em informação no Brasil: virtudes, tendências e possibilidades. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, 27(2), 7-36, abr./jun.
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/39996/30698>
- Vitorino, Elizete Vieira. (2016). Uma matriz para o desenvolvimento da competência em informação, sob o foco das dimensões técnica, estética, ética e política e a partir dos cenários de Brasil, Portugal e Espanha. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 9(2), set./dez., 1-21.
<https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/397/397>
- Vitorino, Elizete Vieira. (2024). Estrutura de Indicadores para avaliação da Competência em Informação a partir de Indicadores Sociais e sob o foco da Agenda 2030. In C. G. da Silva, J. Revez, & L. Corujo (Eds.), *Diálogos na Ciência da Informação: Atas do XIV EDICIC*, Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras, 1-3 de julho de 2024. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Colibri; Costa Rica: EDICIC.
<https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/64777/3/Dialogos%20FINAL.pdf>
- Vitorino, Elizete Vieira & De Lucca, Djuli Machado. (org.). (2020). As dimensões da competência em informação: técnica, estética, ética e política. Porto Velho, RO: EDUFRO.
<http://www.edufro.unir.br/uploads/08899242/Capas%206/As%20Dimensoes%20da%20Competencia%20em%20Informacao.pdf>
- Vitorino, Elizete Vieira & Piantola, Daniela. (2009) Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, 38(3), 130-141, set./dez.
<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1236>
- Vitorino, Elizete Vieira & Piantola, Daniela. (2011) Dimensões da competência informacional. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, 40(1), 99-110, jan./abr.
<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1328/>
- Vitorino, Elizete Vieira & Piantola, Daniela. (2020). Competência em informação: conceito, contexto histórico e olhares para a Ciência da Informação. Florianópolis: Editora da UFSC.
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/212553/E-book%20Compet%c3%aancia%20em%20informa%c3%a7%c3%a3o%2031ago20.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Vitorino, Elizete Vieira & Pinho Neto, Júlio Afonso Sá de. (2022). Indicadores qualitativos para a competência em informação pela via da multidimensionalidade e da vulnerabilidade social. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, João Pessoa, 17(4), 24-31.
<https://pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/61304/34335>
- Vitorino, Elizete Vieira & Pinho Neto, Júlio Afonso Sá de. (2023, nov. 09). Estrutura de indicadores para a Competência em Informação sob o foco de indicadores sociais e Agenda 2030: resultados e perspectivas [GT6 - sessão 3]. XXIII ENANCIB Encontro Nacional de Pós-Graduação em Ciência da Informação, São Cristóvão, SE.
<https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxiiienancib/paper/view/1280/1360>
- World Intellectual Property Organization (WIPO). (2023). *Global Innovation Index 2023 Innovation in the face of uncertainty*. 16th Edition. , Switzerland: WIPO, 2023.
<https://www.wipo.int/documents/d/global-innovation-index/docs-en-wipo-pub-2000-2023-en-main-report-global-innovation-index-2023-16th-edition.pdf>

NOTAS

¹ Pesquisa “Indicadores de Competência em Informação sob o foco da Agenda 2030: estrutura e validação por especialistas”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil, Bolsa Produtividade em Pesquisa (PQ2), Processo: 308477/2022-7, período 2023-2026.

² Vencedora da 4a. edição do Prêmio Mulheres na Ciência - UFSC - 2025 - Área de Humanidades, Categoria Plena.

³ Este *framework*, criado com base em investigação pós-doutoral pode ser visto em artigo publicado, premiado na categoria sênior do GT6, ENANCIB, n ano de 2023 (Vitorino & Pinho Neto, 2023).

⁴ A Matriz PDcIn foi a denominação da primeira estrutura criada para contemplar as dimensões da Competência em Informação (Vitorino, 2016), que mais tarde agregou “virtuosa”, contemplando outros aspectos da pesquisa atual (Vitorino & Pinho Neto, 2023; Vitorino, 2024).

⁵ No original: *Article 19 - Everyone has the right to freedom of opinion and expression; this right includes freedom to hold opinions without interference and to seek, receive and impart information and ideas through any media and regardless of frontiers.* (United Nations (UN) (OHCHR), 1948).

⁶ No original: *Information Literacy empowers people in all walks of life to seek, evaluate, use and create information effectively to achieve their personal, social, occupational and educational goal.*

⁷ Documento completo disponível em: https://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/unesco-framework-for-cultural-statistics-2009-en_0.pdf.

⁸ A versão “rascunho” (Draft for Consultation) do *framework* atualizado em 2025 pode se acessada

em https://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/Draft_2025_UNESCO_FCS_Part_II.pdf.

⁹ São 26 países que utilizam o sistema eletrônico de votação (conforme o levantamento feito pelo Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (IDEA Internacional), sediado em Estocolmo (Suécia). A urna eletrônica brasileira é referência nesse âmbito. Conforme matéria divulgada pelo TSE em 24/10/2018. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/em-todo-mundo-35-paises-utilizam-sistema-eletronico-de-votacao>.

¹⁰ Neste endereço estão disponibilizados dados sobre estatísticas de eleição e estatísticas mensais: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao/home>.

¹¹ O documento – IGI 2024 – rico em dados (são 325 páginas de conteúdo atual), pode ser consultado na íntegra em: https://www.wipo.int/web-publications/global-innovation-index-2024/assets/67729/2000%20Global%20Innovation%20Index%202024_WEB3lite.pdf.

¹² As séries de publicações relativas aos Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, relativas aos anos de 2000, 2002 (esta com versão também em inglês), 2005, 2008, 2015, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, estão disponíveis online, para acesso público, em <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/indicadores/paginas/publicacoes/indicadores-nacionais>.

¹³ No ano de 2025 foi publicada a “Pesquisa de Inovação Semestral Indicadores básicos 2023”. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/li v102162.pdf>.

¹⁴ Pesquisa aprovada no comitê de ética em Pesquisa (Brasil), Número do Parecer: 6.163.725, em 05 de julho de 2023, onde consta o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) na íntegra.